INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES

A ELEVAÇÃO DO BRASIL A REINO
UNIDO E A HISTORIOGRAFIA
LUSO-BRASILEIRA

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal
A ELEVAÇÃO DO BRASIL A REINO UNIDO E A
HISTORIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 177(470): 47-58, jan./mar. 2016

Rio de Janeiro
jan./mar. 2016

A ELEVAÇÃO DO BRASIL A REINO UNIDO E A HISTORIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA

THE ELEVATION OF BRAZIL TO UNITED KINGDOM AND LUSO-BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES¹

Resumo:

O artigo examina a historiografia disponível acerca da promulgação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Discute e compara as principais vertentes interpretativas que orientam a abordagem do tema no Brasil e em Portugal.

Palavras-chave: Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; historiografia luso-brasileira; vertentes interpretativas; período joanino.

Abstract:

This article examines available historiography about the promulgation of the United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves. It discusses and compares the main interpretive aspects that guide the way the topic is approached in Brazil and Portugal.

Keywords: *United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves; Luso-Brazilian historiography; interpretive aspects; Joanine period.*

A passagem do bicentenário da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves constitui uma excelente oportunidade para dar um balanço historiográfico a respeito dessa efeméride, cujas dimensões ainda carecem de maior aprofundamento por parte dos especialistas nas duas margens do Atlântico.

Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, o emprego pela historiografia das expressões “emancipação” e “independência” como sinônimos suprimiu expressivas diferenças que se apresentavam no discurso político da época, contribuindo para a “pouca importância” com que se costuma tratar da promulgação do Reino Unido: “(...) O sentido histórico da nova condição política do Brasil, então oficialmente emancipado, ou seja, livre do estatuto colonial foi simplesmente minimizado (...) quando não omitido (...)”²

1 – Doutora em História. Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq e dos Programas Pró-ciência e Cientista do Nosso Estado/FAPERJ. Sócia titular do IHGB.

2 – LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia poderoso império*, Brasil e Portugal: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, p. 159.

De todo o modo, há consenso na historiografia luso-brasileira de que a promulgação da Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815 tão somente legalizou o que de fato já vinha ocorrendo desde 1808, quando a Corte portuguesa transferiu-se para os seus domínios americanos e o príncipe regente D. João promoveu a abertura dos portos às nações amigas. Mas se, por um lado, os estudiosos de ambos os países compartilham dessa premissa, por outro, as interpretações acerca das consequências da instituição do Reino Unido são diametralmente opostas para as historiografias de Brasil e Portugal.

Em 1818, no panegírico “Memória dos benefícios políticos do governo de El-Rei Nosso Senhor d. João VI”, escrito por José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, lê-se a seguinte apreciação sobre aquele acontecimento:

(...) A Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815, que elevou o Principado do Brasil a predicamento de Reino, e o declarou Unido ao de Portugal e Algarves, é benefício político que sobreexcede a minha esfera de fraseologia. A notoriedade da participação que a Corte fez dessa Magnânima resolução aos Gabinetes da Europa, e das Respostas diplomáticas das Potências em louvor de tão esplêndido ato soberano é não menos o anúncio da grande razão de Estado, que se fundou o Magnífico Diploma³.

Silva Lisboa ainda vai mais além. Adverte que: “(...) o sistema colonial cessou, com a Lei da União do Brasil ao original patrimônio da monarquia”, e conclui a sua reflexão dialogando com João de Barros, o cronista da expansão marítima portuguesa:

(...) Agora finalmente se verifica a imagem que o nosso historiador das descobertas fez do primitivo Reino Lusitano comparando-o ao grão de mostarda (da parábola do Evangelho) que depois cresceu a maior altura de majestosa árvore⁴.

3 – Ver, LISBOA, José da Silva. *Memória dos benefícios políticos do governo de El-Rei Nosso Senhor d. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 114-115. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00859000#page/1/mode/1up> Acesso em setembro de 2015.

4 – Idem, p. 115.

Contrastando com as palavras de regozijo de Silva Lisboa, em Londres, provavelmente em 1821, a publicação “Cartas dirigidas a El-Rei d. João VI, desde de 1817”, do diplomata português Heliodoro Jacinto de Araújo, externa indignação e contrariedade, a propósito do Reino Unido. Afinal, expulsos os invasores franceses e vencido Napoleão, não se justificava mais a permanência do rei no Rio de Janeiro, na opinião dos súditos que haviam ficado no Velho Mundo:

(...) Não é possível que uma nação que descobriu, povoou, conquistou um país que considerava até agora como colônia sua, se acomode (...) a figurar como dependente ou subordinado dessa mesma colônia (...). E sendo a Europa a residência de todos os soberanos não é possível que permitam por tanto tempo a existência de um Estado considerável colocado na Europa e dependente de um soberano (...) na América⁵.

As duas fontes aqui reproduzidas constituem, respectivamente, no Brasil e em Portugal, as principais matrizes analíticas que orientam até o momento os estudos a respeito do Reino Unido. Não obstante a discrepância das opiniões acima apontadas, nas duas historiografias a promulgação em si é percebida como acontecimento secundário, uma espécie de desdobramento quase natural da ruptura do pacto colonial.

Na maioria das vezes, seja em obras de história geral, seja no correr das biografias de D. João VI, a problemática do Reino Unido aparece de maneira superficial, às vezes sintetizada em uma única frase, em meio aos capítulos que analisam o estabelecimento da Corte no Brasil. É bem verdade que no âmbito da história das relações internacionais as referências se mostram bem mais consistentes, como se verá mais adiante.

Nesse sentido, o tratamento dispensado por Francisco Adolfo de Varnhagen ao episódio de 16 de dezembro de 1815 é bastante emblemático. Na sua *História geral do Brasil* (1ª edição, Madri, 1854), na seção intitulada “Política exterior, negociações, tratados, e conquistas etc.”, Varnha-

5 – CARNEIRO, Heliodoro Jacinto d’Araújo Carneiro, apud D’ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. O “Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves” 1815-1822. *Revista de História das Ideias*, v. 14, 1992, p. 251.

gen destaca a dimensão diplomática daquele ato, na esteira das observações de Silva Lisboa:

(...) Como importante ato diplomático da corte de São Cristóvão devemos também ter, registrando-o neste lugar o da elevação do Brasil à dignidade de, preeminência e denominação de Reino Unido. E consideramos esse ato como diplomático porque a corte o notificou por seus agentes das nações aliadas, como aos governos para obter delas contra-notas de reconhecimento, aliás, bem escusado. Para nós o Brasil já sem essa declaração era reino emancipado desde 1808 e assim o reputava a própria Europa (...)⁶.

Abordagem semelhante seria compartilhada por Pereira da Silva na *História da fundação do Império Brasileiro* (1865)⁷ e depois por Alexandre José de Melo Moraes, no livro *História da transladação da corte portuguesa para o Brasil em 1807* (1872). O primeiro, além de tratar da política externa, oferece um breve relato das repercussões da equiparação política da antiga colônia, detendo-se nos festejos públicos que tiveram lugar no Rio de Janeiro e nas capitânias, em regozijo pelo favor régio. Já o segundo levanta a discussão sobre a primazia da ideia de se elevar o Brasil a Reino Unido, atribuindo-a ao príncipe de Talleyrand, que a teria sugerido ao conde de Palmela, um dos plenipotenciários portugueses ao Congresso de Viena⁸.

Apesar de mencionada por autores oitocentistas, como os já citados Varnhagen, Pereira da Silva e Melo Moraes, a proclamação da Carta de Lei de 16 de dezembro não foi incluída nas *Efemérides Brasileiras* do barão do Rio Branco, publicadas originalmente no *Jornal do Brasil*, desde o seu primeiro número, em 9 de abril de 1891. Aliás, é importante notar que a ausência se mantém nas edições das *Efemérides* de 1917 e de 1938, esta

6 – Neste trabalho é utilizada a 5ª edição integral da obra citada. Ver, VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil* (...). Tomo V. 5ª. edição integral, revista e anotada por Rodolfo Garcia. São Paulo: Edições Malhortamentos, 1956. p. 119-120.

7 – SILVA, J. M. Pereira da. *História da fundação do Império brasileiro*. Tomo Quarto. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor, 1865.

8 – MORAIS, Alexandre José de Melo. *História da transladação da corte portuguesa para o Brasil em 1807*. Rio de Janeiro: Livr. da Casa Imperial de E. Dupont Ed., 1872

última revista por Basílio de Magalhães⁹, bem como na edição definitiva de 1945, revista e ampliada por Rodolfo Garcia, republicada recentemente na coleção “Obras do Barão do Rio Branco”, organizada e lançada pela Fundação Alexandre de Gusmão, em 2012, para celebrar o centenário de falecimento do Barão¹⁰.

A linhagem interpretativa inaugurada por Varnhagen ganharia um reforço, com o lançamento do livro de Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, em 1908. Não vou me alongar na análise da obra de Oliveira Lima, que será objeto da intervenção da professora Teresa Malatian nesta Mesa Redonda. Entretanto, é oportuno salientar que o futuro visconde de Porto Seguro dedica um alentado capítulo à problemática do Reino Unido, abordando-a do ponto de vista da diplomacia portuguesa. Assinala ainda as reações adversas que a promulgação suscitou: “As festas que a elevação da colônia determinou no Rio foram motivo de vaidosa exaltação para os brasileiros e rancoroso despeito para os portugueses¹¹”.

Em Portugal, a historiografia oitocentista guarda profundo silêncio sobre a decisão de D. João VI de elevar seus domínios na América meridional à categoria de reino. Os sentimentos externados pelos contemporâneos, a exemplo do já citado Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, exerceriam forte influência nas narrativas sobre o fenômeno histórico da “inversão brasileira”. Essa historiografia de cariz liberal, que mais tarde seria apropriada pelos adversários da monarquia, não apenas censurava o governo de D. João, como também buscava explicar o curso descendente que àquela altura Portugal atravessava. As experiências pretéritas eram analisadas à luz do presente e das expectativas futuras. Basta lembrar que nas obras José d’Arriaga e de Oliveira Martins não há uma só palavra sobre a Carta de Lei de 16 de dezembro, apesar das censuras rigorosas que ambos desferem contra o reinado americano de D. João VI.

9 – RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. 2ª edição revista e anotada pelo professor Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

10 – _____. *Efemérides Brasileiras*. Organização e notas de Rodolfo Garcia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Coleção Obra do Barão do Rio Branco volume VI

11 – LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 346.

A lacuna historiográfica teria continuidade no século XX. Na primeira metade do século passado, o tema seria tangenciado apenas por dois autores portugueses, o diplomata Eduardo Brazão e o historiador Angelo Pereira¹², durante o Estado Novo salazarista, quando se ensaiou um movimento de reabilitação da dinastia de Bragança, voltado, em particular, para as figuras de D. Maria I e de D. João VI.

Na banda de cá do Atlântico, as interpretações seguiriam a trilha aberta por Varnhagen, consolidada por Oliveira Lima e depois ampliada por Braz do Amaral, como se pode constatar nas conhecidas análises de Luiz Norton, de Pedro Calmon, de Tobias Monteiro e mais tarde de Amado Luiz Cervo.

Esse panorama historiográfico perduraria por longos anos na historiografia luso-brasileira. Ademais, convém lembrar que na segunda metade do século passado o campo da história política e territórios correlatos atravessou uma fase de descrédito, fruto da influência francesa da escola de *Annales*. A corrente inovadora encabeçada por Lucien Febvre e Marc Bloch desprezava o exame dos acontecimentos políticos em detrimento da análise interdisciplinar e dos fenômenos de longa duração. Não por acaso, no *Dicionário da História de Portugal* (1985), organizado por Joel Serrão, a problemática do Reino Unido não mereceu um tópico específico, nem aparece mencionado na entrada relativa ao Congresso de Viena. O acontecimento é referido *en passant*, conforme se lê no verbete sobre D. João VI, “(...) Enquanto em Portugal continuava a guerra e definhavam as atividades econômicas, o Brasil em cuja capital se encontrava fixada a sede da monarquia e que seria elevado a reino em 1815 caminhava a passos largos para a independência¹³” (o grifo é meu).

Matriz analítica semelhante seria utilizada por Oliveira Marques, na sua *Breve história de Portugal*:

12 – BRAZÃO, Eduardo. *Relance da história diplomática de Portugal*. Porto: Livraria Civilização Editora, [sd]. PEREIRA, Angelo. *D. João VI: príncipe e rei*. Vol. III. A Independência do Brasil. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956.

13 – SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, v. III, p. 402-404.

(...) Seguindo o modelo inglês, criou-se o Reino Unido (...), com igualdade de direitos e deveres. As capitanias foram abolidas e substituídas por províncias à maneira europeia. Leis sucessivas tenderam a pôr fim a todos os atributos coloniais e a estabelecer no Brasil uma réplica de Portugal independente (o grifo é meu)¹⁴.

Por sua vez, Maria Beatriz Nizza da Silva, no volume intitulado *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*, obra que sem dúvida se inspira nos pressupostos de interdisciplinaridade de *Annales*, uma vez que busca apreender o Império em sua totalidade (cultura, sociedade, economia e política), faz uma concisa referência à criação do Reino Unido, com a indicação de que a “(...) medida legalizava para efeitos práticos o fim da condição colonial que terminara de fato em 1808”. Nizza da Silva, porém, adverte que o Brasil continuaria:

(...) mal unificado internamente. Pouco se fez para igualar os encargos fiscais ou para remodelar e modernizar a administração provincial. Embora os habitantes da metrópole tivessem reais motivos de queixas, as medidas tomadas no Rio de Janeiro pelo governo para os apaziguar foram vistas pelos brasileiros como disfarçadas tentativas de subjugação¹⁵.

O historiador Valentim Alexandre avança em relação a esse quadro e apresenta uma análise mais abrangente. Ele assinala que com a promulgação do Reino Unido a Coroa se havia tornado “bi-fronte”, uma vez que buscou compatibilizar os interesses nas duas margens do Atlântico luso-brasileiras¹⁶.

O certo é que sob a influência do movimento de *Annales*, a historiografia luso-brasileira deixou de lado temas que tradicionalmente pertencem

14 – MARQUES, A. H. de Oliveira. O Império Brasileiro. In: _____. *Breve História de Portugal*. 4ª. edição. Lisboa: Editorial Presença, 2000, p. 401.

15 – SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “A caminho da independência”. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir) – *Nova história da expansão portuguesa*. vol. VIII. *O Império Luso-Brasileiro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 384

16 – ALEXANDRE, Valentim, apud NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Reino Unido. In: VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 386-387.

ciam ao domínio do político, como é o caso da problemática do Reino Unido, para ocupar-se do estudo das questões econômicas, examinadas na maioria das vezes por esquemas de viés marxista.

Nesse sentido, o reinado americano de D. João VI passaria a ser examinado à luz do que se convencionou denominar de crise do antigo sistema colonial, como o fazem no Brasil o professor Fernando Novais (1995) e, em Portugal, Maria Manuela Lucas, que assina o capítulo “Organização do Império”, na obra coletiva *O liberalismo (1807-1890)*, coordenada por Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, que integra a coleção História de Portugal, dirigida por José Matoso. Para Manuela Lucas,

(...) A crise do “segundo império português” começa a se tornar visível logo nos anos 1807-1808, quando ocorrem respectivamente a primeira invasão francesa e a quebra acentuada das remessas de ouro do Brasil (...) situa-se já nesta altura o princípio do fim dos Brasis – ao mesmo tempo que despontam os primeiros sinais anunciadores do nascimento da futura nação brasileira¹⁷.

Oposta a essa vertente interpretativa, há que se mencionar a contribuição clássica de Maria Odila Silva Dias, *A interiorização da metrópole (1808-1850)*, publicada no sesquicentenário da independência (1972). Contudo, Maria Odila não faz qualquer alusão ao Reino Unido, ainda que defenda o pressuposto de que a vinda da Corte com o enraizamento do estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada.

Mas, como já dissemos em outro trabalho, Clio é volúvel¹⁸. Seja por causa da insuficiência dos grandes modelos analíticos, conforme sugere George Iggers, ou, quem sabe, por um simples capricho da musa, a his-

17 – LUCAS, Maria Manuela. Organização do Império. In: MATOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol.5 – O Liberalismo (coordenação de Luis Reis Torgal e João Lourenço Roque). Lisboa: Editorial Estampa, [s.d.] p. 285-291.

18 – GUIMARÃES, Lucia Maria P. A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: interpretações e linhagens historiográficas. In: MARTINS, Ismênia & MOTTA, Márcia (orgs.). *1808 – A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 68.

tória política reapareceria renovada no cenário historiográfico do fim do século XX.

Esse impulso revigorante também foi sentido na historiografia luso-brasileira. Novas contribuições sobre a problemática do Reino Unido se sucederiam por ocasião das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, fruto de inúmeras pesquisas que revisitaram temas e levantaram questões do âmbito da história política. Basta dizer que o assunto mereceu um verbete no *Dicionário do Brasil Joanino*, preparado por Lucia Bastos Pereira das Neves¹⁹. A par disso, secundariamente o tema foi tratado em alguns trabalhos, a exemplo da biografia de D. João VI, escrita pelos historiadores portugueses Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, autores que se apoiam na obra clássica de Oliveira Lima para examinar a Carta de Lei de 16 de dezembro de 1816²⁰.

A problemática do Reino Unido tem sido revisitada nos últimos anos, sob diferentes prismas, por estudiosos que se utilizam dos avanços experimentados pela história dos conceitos, bem como por aqueles que procuram combinar questões de história política com enfoques culturais.

No âmbito da historiografia brasileira, há que citar o artigo de Arno e Maria José Wehling, “Soberania sem independência: Aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino Unido”, publicado no nº 31 da revista *Tempo*, no dossiê “Linguagens políticas e história dos conceitos: propostas e aplicações”, organizado por Guilherme Pereira das Neves²¹. A partir da ótica do Direito, eles examinam o contexto de transição do Antigo Regime para a era constitucional e levantam uma questão

19 – NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Reino Unido. In: VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 386-387.

20 – Ver, PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores. “Novo reino para novo rei (1815-1821). In: _____, *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 303-340. Ver, sobretudo, a transcrição da obra de Oliveira Lima na página 305.

21 – WEHLING, Arno & WEHLING Maria José C. “Soberania sem independência: Aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino Unido”. *Tempo*. Niterói, nº 31, p. 89-116, dezembro de 2011.

de fundo bastante original, ou seja, de que a Carta de Lei assinada em 16 de dezembro de 1816, embora admitisse a existência de um conjunto de predicados que se desenhavam desde a transferência do aparato de Estado português para seus domínios americanos, a elevação da colônia a Reino Unido constituiu uma solução que implicava o reconhecimento de uma soberania sem independência²².

Na historiografia portuguesa, convém assinalar a contribuição de Ana Cristina Bartolomeu d'Araújo, intitulada “O ‘Reino Unido’ de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822)”, que integra a coletânea “Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional”, publicada em 1992, no volume 14 da *Revista de História das Ideias*, da Universidade de Coimbra. Trata-se de uma síntese bem documentada do período que se estende de 1815 a 1822. A autora discute os aspectos da economia, da política externa e interna de Portugal, assim como os desdobramentos da promulgação do Reino Unido, nos dois lados do Atlântico, com ênfase na revolução do Porto. Não obstante, ao fim e ao cabo, a autora acaba por se render a certas matrizes interpretativas que, com pequenas variações, se propagam desde o século XIX. Ela sustenta que:

(...) o projeto de perpetuação do Reino Unido, atlântico e liberal, contraditório nos seus termos e firmado em princípios que sancionavam antes a independência e a afirmação da Nação brasileira, evoluiu rapidamente para o colapso arrastando consigo a desagregação material da coroa portuguesa²³ (o grifo é meu).

Como se vê, em parte, as reflexões desenvolvidas pela historiadora portuguesa divergem da argumentação sustentada por Arno e Maria José Wehling.

Ainda na esfera da história política renovada, gostaria de lembrar um trabalho bastante original, de caráter interdisciplinar, por assim dizer, uma vez que vem de uma investigadora da área de Letras, a professora

22 – Idem, p. 98.

23 – D'ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. O “Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves” 1815-1822. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 14, 1992, p. 258.

Vanda Anastácio, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ela usa como fonte o drama alegórico “A Glória do Reino Unido ou Cativoiro da Discórdia”, composto por Francisco Joaquim Bingre, em 1818, na ocasião em que D. João VI foi aclamado rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, na cidade do Rio de Janeiro. A peça, diga-se de passagem, até hoje não se sabe se chegou a ser representada. Porém, serve de mote para a discussão tanto da poética que lhe está subjacente, como das ideias que Bingre pretendia veicular. Vanda procura entender não apenas a maneira como o ideário político se relaciona com o contexto da época, mas, principalmente, estabelecer aproximações entre a linguagem alegórica e a linguagem política²⁴.

Seja como for, o breve balanço historiográfico aqui exposto não esgota a problemática do Reino Unido. Nem o pretende. Buscou-se apenas apontar linhagens, percursos e alguns pontos de inflexão. Até porque nesse congresso internacional novas abordagens certamente irão despontar, ampliando o debate e jogando mais luz sobre o tema e questões correlatas. Resta, então, aguardar as novidades.

24 – ANASTACIO, Vanda. "A Glória do Reino Unido ou Cativoiro da Discórdia". Reflexões em torno de um texto dramático de Francisco Joaquim Bingre. *Revista Convergência Lusíada*, nº 19 (número especial, dedicado à temática das Relações Luso-Brasileiras). Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2002, p. 398-412.